

MONUMENTUM

TJDFT – VICE-PRESIDÊNCIA – SEGD – SERAMI – ANO I, Nº 04, JUNHO DE 2011

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO SEIS: PRIMEIRA MORADA DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL

Atualmente, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios conta com diversos edifícios que abrigam seus órgãos de Primeira e Segunda Instância, distribuídos em Fóruns e/ou Circunscrições Judiciárias instaladas em doze Regiões Administrativas do Distrito Federal. Entrementes, quando criado na década de 60, juntamente com a inauguração de Brasília, não contava com sede própria. Suas atividades eram desenvolvidas por seus órgãos que ocupavam o quinto e o sexto andares do Bloco Seis, na Esplanada dos Ministérios, onde hoje está instalado o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Igual situação foi vivenciada, à época, por demais órgãos do Poder Judiciário, criados ou transferidos para a nova Capital nos anos primeiros de Brasília. E assim, estiveram no Bloco Seis, além do Tribunal de Justiça, o Tribunal Superior Eleitoral, o Tribunal Federal de Recursos, Auditoria Militar, Tribunal Regional Eleitoral, Procuradoria-Geral da República, Ministério Público do Distrito Federal, bem como a Ordem dos Advogados do Brasil. Excetua-se desse rol, apenas, o Supremo Tribunal Federal, cujo prédio localizava-se, desde a inauguração da nova capital, na Praça dos Três Poderes.

O fato de inexistir edificação própria para a Justiça perdurou por quase uma década e chegou a merecer destaque na edição do Jornal Correio Braziliense de 20 de março de 1965, que publicou a matéria “Brasília sem Fórum”, assinada pelo jornalista Pedro Paulo Luz Cunha, assim se expressando: “Brasília, cantada e decantada, como cidade de foros civilizados, ainda não conta com um edifício para o Fórum, pois o bloco onde funcionam, Cartórios e Varas Criminais,



Esplanada dos Ministérios em construção

da Fazenda e Cível, pode ser tudo, menos um Fórum. É uma “*angustia loci*” gritante. E o importante é que nos chama atenção, é que ninguém tenha até agora se manifestado sobre tão relevante assunto”.

O mesmo tema também foi alvo do discurso do Deputado alagoano Padre Medeiros Neto, proferido em 26 de março de 1965: “Todos sentem a falta de um prédio que venha realmente somar e que viesse a constituir mais um dos edifícios do conjunto desta cidade, que se apresenta ao mundo como capaz de ser o Postal do Brasil”.

Não obstante a falta de sede, os trabalhos judiciais não deixaram de ser realizados e garantiam a prestação jurisdicional a toda a população do Distrito Federal.

No quinto e sexto andares do Bloco Seis estavam localizados toda a Secretaria do Tribunal; os Gabinetes da Presidência, Vice-Presidência e Corregedoria; a Sala de Sessões – onde ocorriam as sessões do Pleno e das duas turmas existentes – a Sala das Becas

que, pela inexistência de gabinetes individuais para os Desembargadores, era equipada com mesa de reuniões; Salão Nobre; Biblioteca, além do Tribunal do Júri e das Varas da Fazenda Pública, Cível, Criminal, Acidentes do

Trabalho; Menores, Órfãos e Sucessões.

Neste ambiente foi realizada a Sessão de instalação do Tribunal, empossados desembargadores e juizes, proferida a primeira sentença pelo Juiz Joaquim de Sousa Neto, Julgado o primeiro Habeas Corpus, cujo paciente residia no Território do Rio Branco (atual Estado de Roraima), também foi decidido a quem pertenciam terras do DF e tantos outros processos históricos.

O Tribunal permaneceu neste endereço por quase uma década, período em que a Esplanada dos Ministérios foi também morada da Justiça do Distrito Federal. A transferência para seu próprio espaço ocorreu em 1969, com a Construção do Palácio da Justiça Rui Barbosa.



Des. Hugo Auler (ao centro), primeiro presidente do TJDF, acompanhado de magistrados e servidores

EXPEDIENTE

Presidente: Des. Otávio Augusto Barbosa

Vice-Presidente: Des. Dácio Vieira

Corregedor: Des. Sérgio Bittencourt

Secretaria de Gestão Documental

Serviço de Apoio à Memória Institucional

Diagramação: Diego Morosino - ACS, Clarismar Gomes

Redação: Otacilio Marques, Clarismar Gomes, Glícia Barros,

Liliane Miranda - Fotos: Arquivo TJDF.

Referências Bibliográficas:

FONSECA, Flávio Fernandes Almeida da. **História do TJDF - 50 anos**. Brasília: TJDF. 2010.

PELUZ. **A Justiça dos Homens**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal. 1985.

TJDFT: UMA HISTÓRIA DE ATENÇÃO AO MEIO AMBIENTE

No dia 5 deste mês comemorou-se o dia do Meio Ambiente, uma data que reflete a necessária preocupação com a preservação do meio ambiente.

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios ao longo dos seus 51 anos de história tem desenvolvido diversas ações que evidenciam cuidado com a preservação ambiental. Alinhando ações de responsabilidade ambiental, o TJDFDT implantou o Programa Viver Direito, constituído de várias outras que se destinam a elevar o nível de vida promovendo sustentabilidade nas edificações, racionalização do uso dos recursos naturais, reaproveitamento dos resíduos recicláveis. Neste sentido, recentemente inaugurou o Fórum Verde - Desembargador Joaquim de Sousa Neto, a primeira obra sustentável do Poder Judiciário brasileiro.

Importa salientar que a preocupação do Tribunal com o meio ambiente não se restringe aos dias atuais.

Esta edição do Monumentum apresenta um momento histórico. Trata-se da foto dos anos 60, durante as obras de construção do Palácio da Justiça Ruy Barbosa em que o Desembargador José Júlio Leal Fagundes planta uma paineira que até hoje enriquece a paisagem do complexo do Tribunal, marcando sua presença forte a contribuir, singela e significativamente, para melhorar a qualidade de vida em Brasília.

O tema escolhido para a semana do meio ambiente deste ano foi "Seu planeta precisa de você: Unidos contra as mudanças climáticas".

Ao plantar árvores, o TJDFDT presta pequena colaboração em relação à dimensão da cidade, porém gigante se considerar o grau de importância da atitude que, ao fim, contribui, ainda, para minimizar a temperatura local com um clima demasiado seco em alguns meses do ano. As árvores promovem ampliação das áreas verdes; evitam ilhas de calor, situação tão desagradável que abala



Momento em que era plantada a paineira em frente ao Palácio da Justiça em construção. Da esquerda para a Direita: Desembargador Leal Fagundes, Dr. Marco Antônio, Dr. Raul Mattos, Dr. Sinval Wanderley, Dr. Fernando Amorim, Des. Sousa Neto e Des. Cândido Colombo Cerqueira.

diversas cidades pelo Brasil e pelo mundo; atuam na qualidade do ar; servem como barreira a reduzir o nível de ruídos e retém poluentes, além, é claro, de enriquecerem a paisagem e servirem de refúgio natural para pássaros que adornam a cidade com sua

de 19 de setembro de 1989 e, hoje é uma "porta-semente", isto é, dela são colhidas sementes que produzem outras árvores. O seu nome científico é "*Chorisia Speciosa*", mas o formato de seu corpulento caule a fez conhecida por Barriguda.



Natureza e concreto: dois elementos que se integram no TJDFDT

beleza própria.

A paineira plantada pelo Desembargador Leal Fagundes foi apenas a primeira de muitas ações de arborização que se estendem ao dias atuais pelo TJ.

A bela árvore histórica tornou-se imune de corte pelo decreto nº 11.833,

Hoje, a Paineira não está sozinha na paisagem natural em seu diálogo com a paisagem de concreto. Dividem espaço, um Flamboyant, um Ipê-roxo, Palmeiras e os jardins do espelho d'água que chamam a atenção do transeunte que passa pela sede do Tribunal por seu conjunto belo e harmonioso.

Assim, quando passar por uma árvore, reflita que dificilmente ela está ali por acaso e mesmo que tenha nascido sem a intervenção do homem, a decisão de

preservá-la reflete o pensamento e a forma que o homem lida com a natureza em determinado momento histórico.

Atitudes adotadas pelo TJDFDT evidenciam a força da relação com o meio ambiente e salientam o quanto é importante a preservação e respeito à natureza.

